



04 DE FEVEREIRO DE 2016

Quinta-feira

- **VOCÊ SABIA? O PERÍODO DO CARNAVAL NÃO É CONSIDERADO FERIADO NACIONAL**
- **PUBLICAÇÃO DOU – METAS E RESULTADOS**
- **AS DEZ CIDADES DO PARANÁ CAMPEÃS DA EXPORTAÇÃO EM 2015**
- **GOVERNO ANUNCIA BANDEIRA AMARELA NA CONTA DE LUZ EM MARÇO**
- **SURPREENDIDA PELA CRISE, JAC MOTORS CORTA 80% DE INVESTIMENTO EM FÁBRICA NO BRASIL**
- **ANO COMEÇA COM VENDAS MENORES E DEMISSÕES NAS MONTADORAS**
- **GIGANTE CHINESA DE ELETRODOMÉSTICOS MIDEA TENTA SE CONSOLIDAR NO BRASIL**
- **INDÚSTRIA DEFENDE AVANÇO DE REFORMAS NO CONGRESSO NACIONAL**
- **INDÚSTRIA DO AÇO VAI SE INSTALAR EM PAULÍNIA**
- **JAC MOTORS REVÊ PROJETO DE FÁBRICA BRASILEIRA**
- **ESPECIALISTAS ENXERGAM FUNDO DO POÇO SELETIVO NA INDÚSTRIA**
- **CEMIG PODE APORTAR ATÉ R\$ 240 MI NA RENOVA ENERGIA E ELEVAR FATIA NA EMPRESA**
- **PMI DE SERVIÇOS DO BRASIL SOBE A 44,4 EM JANEIRO, REVELA MARKIT**
- **CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO AUMENTA 4,4% EM JANEIRO EM RELAÇÃO A DEZEMBRO**
- **PRODUÇÃO DO SETOR DE BENS DE CAPITAL RECUA UMA DÉCADA**
- **FABRICANTES PARA EÓLICAS CRESCEM, APESAR DA CRISE**
- **VALLOUREC ENCERRA PRODUÇÃO DE AÇO EM BELO HORIZONTE**

- NÚMERO DE PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL SOBE 29,7% EM JANEIRO, DIZ SERASA
- ARTIGO: O ABISMO INDUSTRIAL
- MOODY'S AVALIA PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA
- QUEDA DA INDÚSTRIA É MAIOR DO QUE NA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL
- CENÁRIO ATUAL DA MINERAÇÃO NO PAÍS
- ATIVIDADE INDUSTRIAL DEVE SEGUIR FRACA EM 2016, APÓS CAIR 8,3% NO ÚLTIMO ANO
- MP PEDE NOVA INDENIZAÇÃO DE R\$ 5 BILHÕES A MINERADORAS
- RENNER APOIA AMPLIAÇÃO DO CRÉDITO E DEFENDE FLEXIBILIZAÇÃO DE LEIS TRABALHISTAS
- DRIBLE A INFLAÇÃO! VEJA DICAS PARA FAZER O SEU DINHEIRO RENDER MAIS
- SEBRAE QUER JURO MENOR PARA MICROEMPRESA EM LINHA DO BNDES
- PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO BENEFICIA 41 MIL EM SEIS MESES
- EMPRESÁRIOS PEDEM SUSPENSÃO DE CRÉDITO PARA CAMINHÕES
- PROJETO ANTECIPA SAQUE DE CONTA DO FGTS PARA 65 ANOS
- CÂMARA APROVA MP QUE AUMENTA IMPOSTO SOBRE GANHO DE CAPITAL
- CONSULTA AO LOTE DE RESTITUIÇÃO RESIDUAL DO IRPF SERÁ ABERTA NA QUINTA, 11-2
- NULIDADE DE ELEIÇÃO SINDICAL CONVOCADA POR EDITAL PUBLICADO EM JORNAL DE BAIXA CIRCULAÇÃO

| CÂMBIO | | |
|----------------------|---------------|--------------|
| EM 04/02/2016 | | |
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,860 | 3,860 |
| Euro | 4,327 | 4,329 |

Fonte: BACEN

VOCÊ SABIA? O período do Carnaval não é considerado feriado nacional

04/02/2016 – Fonte: SINDIMETAL/PR



É muito comum a crença de que o período de carnaval seja feriado nacional. Mas, isso não é verdade. Se o empregador não concede os dias por liberalidade, ou se não há uma lei local assegurando a data como feriado, o período é de trabalho normal.

A Lei 9.093/95 dispõe que são feriados civis, os declarados em lei federal, a data magna do Estado fixada em lei estadual e os dias do início e do término do ano do centenário de fundação do Município, fixados em lei municipal.

Embora o Carnaval no ano de 2016 seja comemorado no mês de fevereiro, nos dias 06 (sábado), 07 (domingo), 08 (segunda-feira) e 09 (terça-feira), não há na legislação federal qualquer dispositivo estabelecendo que os dias correspondentes à festividade sejam feriados. O mesmo se diz para o Estado do Paraná: não há legislação estadual estabelecendo o feriado.

Ressaltamos, ainda, que a quarta-feira de cinzas, que recairá no dia 10/02, não é feriado, sendo considerada ponto facultativo, até as 14 horas, para as repartições públicas federais.

O Prefeito de Curitiba decretou ponto facultativo nos dias 08 e 09/02/2016, e determinou que o expediente voltará ao normal no dia 10/2/2016 (quarta-feira de Cinzas), a partir das 14 horas. Os setores cujas atividades não possam sofrer paralisação deverão organizar escalas. **O Decreto segue anexo.**

Desta forma, cabe ao empregador observar a legislação do seu Município para constatar se é fixado o Carnaval como feriado para o município.

Veja a seguir um resumo de como as empresas podem proceder no Carnaval quando esta data festiva for ou não considerada como feriado estadual ou municipal:

Não sendo Feriado

- o empregado trabalha normalmente;
- a empregador dispensa o empregado por mera liberalidade, sem prejuízo da remuneração correspondente aos dias e a necessidade de compensação;
- o empregador, mediante acordo por escrito, dispensa o empregado do trabalho nestes dias, determinando a compensação dessas horas (até o limite de 2 horas diárias) em outros dias da semana;
- o empregado falta sem justificar e o empregador desconta os respectivos dias.

Sendo Feriado

- o empregado não trabalha;
- o empregado que trabalhar no feriado terá a remuneração paga em dobro;
- o empregado que trabalhar no feriado, o empregador se exime do pagamento em dobro, concedendo outro dia de folga na semana.

Para ler o Decreto – [Clique Aqui](#)

Mais informações no Departamento Jurídico do SINDIMETAL/PR, com as Dras. Luciana R. Lopes e Eliziane M. Maciel, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail gerencia@sindimetal.com.br / assistente.juridico@sindimetal.com.br

Publicação DOU – Metas e Resultados

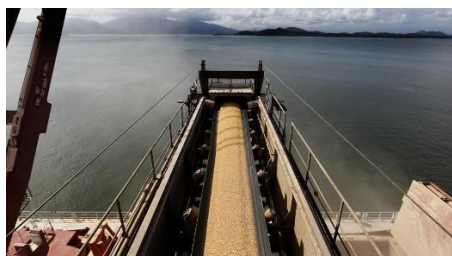
04/02/2016 – Fonte: FIEP

Segue para conhecimento as metas institucionais globais da Auditoria-Fiscal do Trabalho para o exercício de 2016, bem como os resultados do desempenho da Auditoria-Fiscal do Trabalho alcançados no período de janeiro a dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de janeiro de 2016, Seção 1, páginas 58:

[Metas e Resultados – Clique Aqui](#)

As dez cidades do Paraná campeãs da exportação em 2015

04/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



2015 não foi um ano bom para as exportações, apesar da desvalorização do real. O saldo da balança comercial foi o melhor que o de 2014, com superávit de US\$ 19,6 bilhões.

Mas ele foi obtido com uma queda acentuada nas importações, que recuaram 24,3%, para US\$ 171,4 bilhões. As exportações também caíram, mas em ritmo menor, de 14%, para US\$ 191 bilhões.

O fenômeno não foi diferente no Paraná, onde as importações caíram 28% e as exportações, 8,7%, para US\$ 14,9 bilhões.

Por isso, na lista dos dez municípios que mais exportam no estado, apenas quatro elevaram suas vendas para o exterior no ano passado. Veja quais são essas cidades e seu desempenho em 2015.

1. Paranaguá

A cidade é tradicionalmente a maior exportadora do estado por causa do Porto de Paranaguá – por causa da logística, muitas tradings têm sede na cidade. Seus embarques no ano passado foram de US\$ 3,5 bilhões, 17% menores do que em 2014.

2. Maringá

A cidade no Norte do estado concentra diversas grandes empresas e cooperativas do agronegócio, o que a torna a segunda maior exportadora do Paraná. Essas empresas venderam US\$ 1,8 bilhão para o exterior no ano passado, 25% menos do que em 2014.

3. Curitiba

A capital vem ficando na terceira colocação entre os maiores exportadores nos últimos anos. Como depende pouco do agronegócio, sua pauta exportadora não foi afetada pela queda nos preços das commodities. As vendas, de US\$ 1,44 bilhão, ficaram 2% maiores do que no ano anterior.

4. Ponta Grossa

A cidade nos Campos Gerais tem uma pauta mista, que teve uma queda de apenas 2% nas vendas no ano passado, para US\$ 1,15 bilhão.

5. São José dos Pinhais

A cidade da Região Metropolitana de Curitiba concentra montadoras de veículos que vêm tendo dificuldade com alguns mercados importantes, como a Argentina. Suas vendas caíram 10% no ano passado, para US\$ 1,07 bilhão.

6. Londrina

A cidade do Norte do estado se consolidou como a sexta maior exportadora, com embarques de US\$ 848 milhões no ano passado, alta de 8,5% em relação a 2014.

7. Araucária

Com uma indústria que vem se diversificando, Araucária expandiu seus embarques em 21% no ano passado, para US\$ 773 milhões.

8. Cascavel

Em uma região que é grande produtora de carne de frango, Cascavel conseguiu resistir à queda nos preços das commodities agrícolas. Suas vendas caíram apenas 2,3%, para US\$ 425 milhões.

9. Marialva

A cidade do Norte do estado foi a grande surpresa no ranking dos maiores exportadores. Ela passou a figurar entre os grandes exportadores de soja e viu seus embarques crescerem 153%, para US\$ 340 milhões.

10. Telêmaco Borba

A cidade dos Campos Gerais é um grande centro de produção de papel e celulose. As exportações caíram 26%, para US\$ 318 milhões.

Governo anuncia bandeira amarela na conta de luz em março

04/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Ministério decide desligar sete térmicas, entre elas a de Araucária, reduzindo os custos de geração. Tarifa cobrada do consumidor vai cair de R\$ 3 para R\$ 1,50

O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, anunciou nesta quarta-feira (3) que, por conta do melhor cenário de chuvas nos últimos meses, o Brasil vai desligar mais sete

usinas térmicas a partir de 1º de março, o que deverá levar a bandeira tarifária para o nível amarelo a partir do próximo mês, no custo de R\$ 1,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A bandeira para este mês é vermelha no patamar 1, com custo de R\$ 3,00.

Segundo Braga, serão desligados mais 2 mil megawatts (MW) de térmicas, representando o desligamento de usinas com custo acima de R\$ 420 por megawatt-hora (MWh). São elas as usinas de Campos, Mário Lago, Figueira, Sykue I, Cuiabá, Bahia I e Araucária (na Grande Curitiba). Essas usinas poderão ser despachadas eventualmente, para segurança do fornecimento elétrico.

No ano passado, o governo já havia desligado em agosto usinas acima de R\$ 600 MW, reduzindo a cobrança da bandeira vermelha que havia chegado ao pico de R\$ 5,50.

“Isso representa uma redução do custo de mais de R\$ 7 bilhões em 2016, ou R\$ 720 milhões ao mês ao setor”, disse Braga.

Segundo Romeu Rufino, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a mudança da bandeira para o nível amarelo deve implicar uma queda de até 3% a partir de março na tarifa total média dos consumidores brasileiros, em relação aos preços pagos em fevereiro.

Ele destacou que, além da redução da bandeira, a definição do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), com redução de 4% em relação ao ano passado, e a queda no preço em dólar da tarifa de Itaipu de mais de um terço indicam uma tendência de queda das contas de luz neste ano.

“Este ano, há elementos suficientes para comemorar que finalmente a gente inverteu aquela tendência de aumento tarifário do ano passado”, disse Romeu.

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp, disse que a medida adotada nesta quarta é “conservadora” com relação às chuvas que devem ocorrer em fevereiro.

Ele indicou também que os principais reservatórios da região Nordeste apresentaram recuperação nos últimos dias, assim como Itaipu, que pode transferir energia para aquela região.

Braga disse que o corte para a bandeira amarela em fevereiro será o “mínimo” e considerou possível a redução até o nível verde ao fim do período de chuvas, em abril.

“Todos os estudos mostram que isso é possibilidade real de isso acontecer. Em novembro do ano passado já havia pronunciamentos de técnicos da Aneel de que estaríamos entrando em bandeira verde a partir de abril. É uma decisão absolutamente segura para que possamos chegar em novembro com armazenamento de energia melhor do que em 2015”, disse Braga.

O corte do uso de sete usinas termelétricas com custo acima de R\$ 420 por MWh foi decidido na sede do ministério, em Brasília, na reunião do Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE).

A depender das chuvas, Braga não descartou novas reuniões extraordinárias do CMSE, além das mensais, para dispensar novas térmicas nos próximos meses.

Surpreendida pela crise, JAC Motors corta 80% de investimento em fábrica no Brasil

04/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A montadora chinesa JAC Motors, que veio em 2011 ao Brasil com o plano de instalar uma fábrica na Bahia e aproveitar o apetite do brasileiro para comprar carros, foi surpreendida pela crise econômica e decidiu cortar a maior parte do investimento previsto para a construção da unidade.

Agora, serão investidos R\$ 200 milhões, em vez do R\$ 1 bilhão projetado inicialmente, um corte de R\$ 800 milhões, ou cerca de 80% do total.

A redução ocorre porque o governo chinês, antes principal sócio do negócio, decidiu não investir mais na fábrica. Antes, os chineses eram responsáveis por 66% da JAC no Brasil, enquanto o grupo brasileiro SHC detinha os outros 34%, segundo a assessoria de comunicação da montadora.

Nos últimos meses, as duas partes resolveram inverter a composição e a SHC passou a responder por dois terços do projeto, que continua previsto para ser erguido em Camaçari, na Bahia.

A opção do governo chinês por deixar de investir se deve a uma decepção com o mercado brasileiro de veículos. Em 2012, os brasileiros compraram cerca de 3,8 milhões de unidades e a expectativa da JAC era de que, em 2016, esse volume saltasse para cerca de 5 milhões.

Tanto que, no projeto inicial da fábrica, a ideia era que a produção tivesse uma capacidade máxima de 100 mil unidades por ano. Agora, com a redução do investimento, a capacidade cairá para 20 mil veículos por ano.

Mesmo sem o aporte de capital, o governo chinês continuará acompanhando as operações da JAC no Brasil e, em uma possível recuperação do mercado, poderá voltar a investir.

Para este ano, o grupo brasileiro SHC espera uma nova queda do mercado de veículos no país, para algo torno de 2 milhões de unidades, de 2,569 milhões em 2015. Apostam também em uma lenta recuperação a partir de 2017, com uma volta ao patamar de 2012 (3,8 milhões de unidades) apenas em meados da próxima década, em 2023 ou 2024.

Empregos

Em relação à expectativa de geração de emprego, a JAC ainda não sabe quantas vagas serão criadas com o novo projeto. O que se sabe, naturalmente, é que será um número menor do que os 3,5 mil empregos diretos que seriam gerados com o investimento anterior. Entre indiretos, a previsão era de 10 mil postos de trabalho.

No novo projeto, houve também uma alteração no modelo que será produzido. A SHC decidiu que vai produzir o modelo T5, um utilitário esportivo compacto que deverá ser vendido em uma faixa de R\$ 60 mil a R\$ 70 mil, em vez do T3, que seria vendido entre R\$ 50 mil e R\$ 60 mil.

A decisão por um veículo mais caro se dá pela opção de investir em um segmento com maior valor agregado, uma vez que haverá redução da produção inicialmente prevista.

A JAC espera que a produção do T5 comece no início do próximo ano, o que significa que a fábrica deve ficar pronta já neste ano. Em 2015, a JAC vendeu 5.024 automóveis e comerciais no mercado brasileiro, recuo de 40% em relação aos 8.417 vendidos em 2014.

Ano começa com vendas menores e demissões nas montadoras

04/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O ano de 2016 começou para a indústria automobilística da mesma forma que 2015 terminou: com queda nas vendas, suspensão de contratos de trabalho (lay-offs) e demissões.

Dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) mostram que as vendas do segmento de automóveis e comerciais leves recuaram 32,15% em janeiro em relação ao mês anterior. Foram emplacadas 149.699 unidades, contra 220.640 em dezembro de 2015. Se comparado a janeiro do ano passado, o resultado aponta retração de 38,62%.

Em relação ao emprego, as notícias não são boas. A fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo vai suspender os contratos de trabalho de mais 800 funcionários, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Eles entrarão em férias coletivas no dia 15, por 20 dias, e depois ficam em lay-off por cinco meses. Com mais este grupo, o total de empregados com o contrato de trabalho suspenso na Volks do ABC chega a 2 mil, o equivalente a 10% do quadro de funcionários. Procurada, a montadora não se pronunciou.

Também em São Bernardo, a fabricante de caminhões e chassis para ônibus Mercedes-Benz vai colocar em licença remunerada 1.500 trabalhadores de sua linha de produção a partir do dia 17, o equivalente a 21,7% dos 7.000 funcionários que trabalham no chão de fábrica.

A licença vai até maio, quando será reavaliada. Em janeiro, a queda nas vendas de caminhões foi de 43,36% em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo a Fenabrave.

A venda de ônibus encolheu no mesmo ritmo — 43,79% — em relação a janeiro de 2015. A montadora confirma o número de licenças e atribui a medida ao fraco desempenho do segmento em janeiro.

Este ano, a General Motors foi a primeira a fazer dispensas. Por telegrama, a montadora comunicou o desligamento a 517 funcionários que estavam em lay-off na unidade da montadora de São José dos Campos, interior de São Paulo.

Desde 2013, quando a crise econômica começou a se aprofundar e o governo suspendeu os incentivos ao setor (a redução do IPI terminou em dezembro de 2014), 27,1 mil trabalhadores das montadoras perderam o emprego, sem incluir nesta conta as fábricas de autopeças. Só no ano passado, 1.047 concessionárias fecharam, e 32 mil trabalhadores foram demitidos.

Tanto a Volks quanto a Mercedes aderiram, no ano passado, ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), uma medida criada pelo governo para evitar mais demissões no setor. No PPE, os salários são reduzidos em 10%, e a jornada mensal, em um dia por semana. Além disso, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) banca o percentual cortado dos rendimentos enquanto o segmento enfrenta queda de vendas.

“O PPE é um alívio de custos para as montadoras em momentos de crise. Mas, se o ritmo de vendas não for retomado, certamente parte dos trabalhadores beneficiados pela medida acabará sendo cortada”, explica o economista João Morais, da consultoria Tendências, que estima que as vendas seguirão em retração, com queda de 17% em 2016.

Para Alarico Assumpção Júnior, presidente da Fenabrave, o ano começou sem expectativa de crescimento nas vendas, mas os resultados de janeiro não devem ser balizadores para as projeções para 2016.

“Estimamos queda de 5,2% nas vendas este ano, mas faremos revisões periódicas a cada três meses”, diz ele, lembrando que janeiro é um mês mais fraco por causa das despesas extras das famílias, com impostos, matrículas e material escolar.

Assumpção avalia que o pior momento do setor foi vivido em 2015, quando as vendas encolheram 26,5%.

Gigante chinesa de eletrodomésticos Midea tenta se consolidar no Brasil

04/02/2016 – Fonte: Estado de S. Paulo



Há um mês no cargo, Guetter diz que entrar na América Latina é muito difícil por causa das barreiras tributárias. Já em relação à crise, ele não a vê como um obstáculo. “A

América Latina sempre teve altos e baixos, mas é um mercado muito importante." Antes da recessão, o Brasil respondia por 50% das vendas de eletrodomésticos da região.

Dentro da receita global da Midea, a América Latina representa menos de 5%. "A meta para cinco anos é que a empresa seja uma participante importante do mercado de eletrodomésticos na região", diz.

Plataforma. Nesse plano, o Brasil terá papel importante. Guetter não descarta a possibilidade de que o País se torne uma plataforma de exportação para os vizinhos, especialmente agora com o real desvalorizado.

Segundo o executivo, os valores investidos no plano de cinco anos ainda não estão fechados e serão conhecidos após uma reunião marcada para março.

Presente no Brasil desde os anos 2000, com produtos importados distribuídos por um parceiro local, o grande salto da companhia chinesa no País ocorreu em 2011, quando fechou uma joint-venture com a Carrier. Com 51% da sociedade, a Midea passou a fabricar os aparelhos de ar condicionado localmente em duas fábricas.

A unidade de Canoas (RS) concentra a produção de equipamentos de ar-condicionado comercial e, na de Manaus, são fabricados os aparelhos splits e fornos de micro-ondas desde 2014. Essa unidade recebeu investimentos de US\$ 20 milhões, entre 2012 e 2014, para ter sua capacidade quadruplicada.

"A joint-venture foi feita com a intenção de usar a plataforma da Carrier para que a marca Midea atingisse um novo patamar", diz o presidente da Midea Carrier no Brasil, Felipe Costa.

Dados da consultoria Euromonitor indicam que, em 2015, a Midea foi a segunda em unidades vendidas de aparelhos de ar-condicionado split no País, atrás da coreana Samsung. Em micro-ondas ficou na sexta posição no ranking liderado por Electrolux.

Em 2015, o faturamento da empresa na América Latina, hoje presente em apenas três países – Brasil, Argentina e Chile – girou em torno de R\$ 3 bilhões, com crescimento de 10% em relação ao ano anterior.

Costa explica que as vendas no Brasil caíram e acompanharam a retração do mercado, que foi de cerca de 20%. O crescimento da receita da região foi puxado por Argentina, onde tem uma fábrica, e Chile, com um distribuidor.

Para 2016, o presidente da operação brasileira prevê mais um ano de retração no mercado de eletrodomésticos.

Por isso, a companhia pretende focar em ganhos de produtividade e redução de custos na produção dos eletrodomésticos fabricados localmente. Só em mão de obra o ajuste foi forte. Em janeiro de 2015, a companhia empregava no País 2,5 mil trabalhadores e hoje tem 1,8 mil.

Outra meta é ampliar a oferta de itens, mas ainda com importados. "Queremos que a Midea do Brasil seja como a da China: uma fabricante completa de eletrodomésticos", diz Costa. A empresa está testando o mercado de portáteis, com fritadeira, panela de arroz e de pressão elétrica.

Indústria defende avanço de reformas no Congresso Nacional

04/02/2016 – Fonte: Portal CNI



Em seminário para definir prioridades no Legislativo, presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, Paulo Afonso Ferreira, propôs união por propostas que melhorem o ambiente de negócios.

Segundo o presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, Paulo Afonso Ferreira, sem avanços concretos em reformas estruturais, a economia deve seguir em recessão e aprofundar a retração da indústria

Diante de um processo de ajuste econômico incompleto e da indefinição de uma agenda de longo prazo, o Congresso Nacional será determinante na aprovação de propostas que assegurem a melhora do ambiente de negócios do país.

Segundo o presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Afonso Ferreira, sem avanços concretos em reformas estruturais, a economia deve seguir em recessão e aprofundar a retração da indústria.

“É inaceitável para um país do nível de desenvolvimento do Brasil ter uma indústria de pequena magnitude. Esse quadro precisa ser mudado com urgência”, afirmou.

O chamado ao Legislativo para fazer as reformas de impacto na recuperação da estabilidade e da confiança nos rumos da economia foi feita no *Seminário RedIndústria*, que ocorre até a quarta-feira (3), em Brasília.

O encontro reúne mais de 200 técnicos da CNI, das 27 federações e 60 associações setoriais da indústria para construir a 21ª Agenda Legislativa da Indústria, documento que reúne as propostas prioritárias para a agenda de competitividade do Brasil.

ALICERCES – Ferreira destacou que a agenda da indústria no Congresso consolida as bases necessárias para o crescimento sustentado da economia, como a eliminação de fontes de insegurança jurídica, simplificação tributária e redução da burocracia.

Em 2015, houve avanços, como a convalidação de incentivos fiscais pelo Senado e a aprovação de novas regras do Imposto sobre Serviços, na Câmara dos Deputados.

“Vivemos um momento de grandes incertezas, em que a Agenda poderá ser um instrumento ainda mais útil”, ponderou.

O diálogo institucional, segundo Ferreira, será intensificado para qualificar os debates no Congresso Nacional na busca da aprovação de propostas urgentes e capazes de mudar expectativas sobre a economia.

O desafio de recuperar a participação da indústria na economia, cuja parcela no PIB caiu o 8p.p., chegando a 10,9% em 2014, passa pela união em torno da agenda de competitividade. “Dificuldades políticas e baixo comprometimento dos diversos atores sociais com a superação dos problemas impediram os avanços necessários”, analisou.

Indústria do aço vai se instalar em Paulínia

04/02/2016 – Fonte: Paulínia News

A Steel Warehouse Cisa, companhia de serviços siderúrgicos, está finalizando as obras de infraestrutura de sua sede, localizada no bairro Cascata, em Paulínia.

A empresa vai receber a linha Temper Pass Cut to Length, solução inédita no país para o processamento do aço, que fornece chapas com as melhores tolerâncias e planicidade e livre de tensões residuais.

“No mundo todo existem cerca de 20 máquinas desta linha em operação e esta será a primeira a operar no Brasil. É um equipamento de grandes dimensões e peso e que precisa de toda uma estrutura e fundações à medida para que possa operar 100%”, explica David Sánchez, Diretor Geral da Steel Warehouse Cisa.

Em um terreno de 100 mil m², sendo 27 mil m² de área construída, a empresa está se preparando para receber os equipamentos, que já começaram a chegar no final de outubro pelo Porto de Santos. As obras do escritório que ocupa uma área de 625m², já foram finalizadas.

A estrutura da obra se divide em Área Sul, para o estoque de bobinas, e Área Norte, para o estoque de produtos acabados. O projeto já foi pensado na expansão, já que somente 50% do espaço construído está sendo utilizado.

“Temos grandes perspectivas de crescimento e queremos utilizar de forma produtiva toda a área estrutural do complexo em Paulínia, instalando outros equipamentos inovadores em função das necessidades dos nossos clientes”, reforça o Diretor.

A previsão é de que a empresa comece a produzir na segunda quinzena de março. Até 2018, a expectativa é ter um quadro de cerca de 80 colaboradores, além de contratação de serviços terceirizados na região, como por exemplo, obra civil, transportes, serviços de vigilância e outros.

JAC Motors revê projeto de fábrica brasileira

04/02/2016 – Fonte: Automotive Business

A JAC Motors enfim jogou a toalha do plano de construir fábrica para 100 mil carros por ano no Brasil. O projeto anunciado em 2011, que se arrasta desde então sem qualquer evolução, foi readequado.

Agora a companhia confirma que pretende apenas montar veículos no Brasil a partir de kits importados da matriz chinesa, sem a pretensão de instalar linha de produção completa.

A planta terá capacidade para 20 mil unidades anuais, com início da operação previsto para o primeiro trimestre de 2017 com o utilitário esportivo T5. “Com volume menor, tivemos de abandonar a ideia de produzir carro barato e buscar melhor economia de escala com um SUV”, esclarece Eduardo Pincigher, diretor de assuntos corporativos da empresa no Brasil. Assim como o plano anterior, a unidade será instalada na Bahia.

A empresa ainda pondera se vai construir a estrutura necessária no terreno que já tem na cidade de Camaçari ou se o melhor é alugar um espaço já pronto em outro município. O T5 chega importado e começa a ser vendido antes da inauguração da unidade, em março deste ano, com preços que começam na faixa dos R\$ 60 mil.

O novo projeto demanda investimento de R\$ 200 milhões, mais suave do que o aporte de R\$ 1 bilhão necessário para concretizar o plano anterior. Ao enxugar as ambições para a sua fábrica nacional, a empresa também alivia a burocracia envolvida no processo ao desfazer a sociedade com a matriz chinesa.

“Por ser uma estatal, cada detalhe tinha de ser aprovado pelo governo chinês também. Isso atravancava o processo. Agora vamos conseguir andar mais rápido”, acredita Pincigher.

Segundo ele, o negócio continuará amparado pela matriz da empresa, que garantirá boa parte da infraestrutura, como máquinas e projetos de engenharia, mas caminhará de forma independente. A saída da parceria chinesa também reflete o tombo do mercado nacional de veículos, que levou junto a operação local da JAC Motors.

Em 2011, ano em que fez sua estreia no Brasil, a empresa vendeu 3 mil carros em seu primeiro mês cheio de atividades, com apenas dois modelos no portfólio, o hatchback J3 e o sedã J3 Turin. Na época a meta era alcançar vendas anuais de 35 mil veículos. As coisas, no entanto, não evoluíram como o esperado e em 2015 a empresa terminou o ano com pouco mais de 5 mil carros emplacados, apesar de ter oito modelos na gama.

O convidativo mercado brasileiro, que seria a porta de entrada da JAC Motors para o ocidente na visão dos executivos da empresa na China, perdeu boa parte de seu brilho. Pincigher aponta que a região permanece importante no cenário automotivo global, mas o potencial fica para o longo prazo.

“Ainda temos uma relação de número de habitantes por veículo menor do que a da Argentina, um território enorme e, portanto, a expectativa de voltar a ser um dos maiores mercados do mundo no futuro”, diz. Ele aponta que a marca quer garantir seu espaço, firmando-se entre as médias e grandes empresas do setor em volume de vendas na região.

Inovar-Auto ainda é desafio

Por mais que a JAC Motors defenda o potencial do mercado brasileiro, o fato é que a empresa tem mais um bom motivo para seguir com o plano de montar carros localmente, ainda que de forma mais tímida. A companhia precisa cumprir o compromisso com o governo firmado quando se habilitou como investidora no Inovar-Auto, regime automotivo que entrou em vigor em janeiro de 2013.

O programa impõe o adicional de 30 pontos percentuais no IPI das empresas que não cumprirem algumas exigências, como atingir metas de eficiência energética. Além disso, a política industrial concede cota de 4,8 mil carros que pode ser importada anualmente sem a alíquota majorada.

No caso das montadoras que se inscreveram com programas de investimento no Brasil, o Inovar-Auto concede crédito presumido de IPI para a importação de carros até que a produção local seja inaugurada. Este é um dos compromissos que podem ter influenciado a empresa a investir na montagem local mesmo com a queda do mercado.

“Temos feito reuniões com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para apresentar o novo projeto a eles e atender a todas as exigências”, conta Pincigher. Ele assegura que a companhia não tem preocupação com o crédito presumido de IPI, já que, com o volume de vendas mais baixo, a cota de importação de 4,8 mil unidades tem sido suficiente e não foi necessário recorrer ao volume adicional.

Com o projeto mais enxuto, a empresa pretende se adequar a outra categoria do Inovar-Auto: a de fabricante com baixo volume de produção, restrita a empresas com capacidade produtiva de até 35 mil unidades por ano.

A estratégia é igual a usada pelas marcas premium BMW, Audi e Jaguar Land Rover para montar automóveis localmente sem a necessidade de atingir índice de conteúdo nacional tão elevado nos carros.

Para se habilitar nesta categoria, no entanto, é necessário investir R\$ 17 mil em ativos fixos por unidade prevista para a capacidade produtiva, o que no caso da JAC Motors daria R\$ 340 milhões, montante superior aos R\$ 200 milhões que a empresa reserva para a operação.

Desta forma, ainda deve demorar alguns meses para que a empresa chegue a um consenso com o governo sobre o projeto de fábrica nacional. Na prática, o novo anúncio da JAC Motors dá um horizonte mais realista para a marca no Brasil, mas ainda deixa margem para dúvidas sobre o potencial que o plano tem de se concretizar.

Especialistas enxergam fundo do poço seletivo na indústria

04/02/2016 – Fonte: Valor Econômico

A queda de 0,7% da produção industrial entre novembro e dezembro de 2015, feitos os ajustes sazonais, veio pior do que esperavam os economistas e mostrou um quadro bastante ruim para os investimentos, mas pode ter representado o "fundo do poço" para alguns setores.

Segundo especialistas, isso não significa que a tendência negativa da indústria será revertida nos próximos meses, mas sim que as retrações ficarão mais modestas, dado que os empresários parecem ter adequado o nível de atividade nas fábricas de modo a não elevar ainda mais o volume de estoques.

A grande exceção neste cenário fica por conta do setor de bens de capital, que despencou 25,5% no ano passado, mostrando um quadro de desolação para os investimentos.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), divulgada ontem pelo IBGE, a indústria recuou 8,3% de janeiro a dezembro de 2015, pior resultado na série histórica do levantamento, iniciado em 2003. O setor opera em patamar semelhante ao de janeiro de 2009 e está 19,5% abaixo do pico histórico alcançado em junho de 2013.

A forte contração ao longo do ano reflete um cenário macroeconômico deteriorado, avaliou o gerente da coordenação de indústria do IBGE, André Luiz Macedo. Baixa confiança de empresários e consumidores, mercado de trabalho desaquecido, renda em queda, crédito mais caro e restrito e inflação em alta foram fatores negativos para a indústria, apontou Macedo.

Na comparação mensal, a principal influência negativa sobre a atividade industrial em dezembro veio dos fabricantes de bens de capital, que reduziram sua produção em 8,2% sobre novembro. As demais três categorias de uso subiram no período, com destaque para a de bens duráveis (ver quadro), que havia acumulado perda de 18,1% nos últimos quatro meses.

Também na passagem mensal, 13 dos 24 ramos pesquisados pelo IBGE recuaram. As maiores quedas ocorreram nos segmentos de máquinas e equipamentos, bebidas e

metalurgia. Do outro lado, entre os 11 setores que aumentaram sua atividade, estão os de veículos automotores, equipamentos de informática e papel e celulose.

Os números de dezembro indicam um "desastre" para os investimentos, dado o desempenho do segmento de bens de capital, avalia Júlio Gomes de Almeida, professor da Unicamp e consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), mas podem significar que o "fundo do poço" finalmente chegou para os demais grandes setores.

Reforçam essa análise os índices de confiança empresarial de dezembro e janeiro da Fundação Getulio Vargas (FGV), afirma Almeida, que subiram puxados pela melhora de expectativas de curto prazo.

"O grande problema é que se a queda do investimento não for definida por um fator episódico, e eu acredito que não, tudo o que se revelou um pouco melhor em dezembro vai por água abaixo", pondera ele.

Isso porque, quando cai a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida das contas nacionais do que se investe em máquinas, construção civil e pesquisa), primeiramente a indústria de bens de capital é afetada, mas, em um segundo momento, a geração de renda é reduzida, o que tem impacto sobre todos os demais segmentos industriais.

De qualquer forma, o economista do Iedi afirma que os dados do IBGE trouxeram notícias positivas, relacionadas principalmente ao processo de ajuste dos estoques indesejados.

"Parece que chegou um ponto em que os empresários não estão mais acumulando estoques indesejados. Isso significa uma grande melhora? Ainda não, mas significa que agora o empresário está deixando de perder tanto."

De acordo com a Sondagem da Indústria de Transformação da Fundação Getulio Vargas (FGV) referente a janeiro, o indicador de nível de estoques do setor caiu 4,3 pontos sobre dezembro, para 117,3 pontos.

Cinco das seis categorias de uso pesquisadas reportaram volume menor de mercadorias paradas, com exceção de bens duráveis, em que a proporção de empresas com estoques excessivos superou em 51,7 pontos a fatia com estoques insuficientes.

Por conta do volume ainda expressivo de inventários acumulados no setor e da retração das vendas de veículos em janeiro, calculada pela Fenabrave (entidade que reúne concessionárias), o economista Rodolfo Margato, do Santander, diz que a alta na produção de bens duráveis em dezembro terá vida curta.

Por outro lado, ramos como papel e celulose, alimentos e calçados já podem ter recebido impulso positivo do setor externo naquele mês, tendência que deve continuar neste ano.

A produção de alimentos cresceu 2,6% ante novembro, enquanto a atividade no segmento de papel e celulose aumentou 5,4%. A produção de couro, artigos de viagem e calçados teve alta menor no mês, de 0,6%.

"Esses setores vão mostrar alguma recuperação, ainda que de forma bastante lenta, neste ano", disse.

Como, porém, a herança estatística deixada por 2015 para o ano seguinte é negativa em cerca de 6% e o quadro segue desafiador para os setores de bens de capital e bens

duráveis, Margato descarta qualquer chance de reação da indústria em 2016, quando a atividade industrial deve recuar 5,5% em seus cálculos.

A queda de 25,5% da produção de bens de capital em 2015 indica que a indústria está cortando investimentos e que a recuperação do setor não virá em 2016, concorda Natalia Cotarelli, do banco ABC Brasil. Ela espera redução de 3,5% da produção industrial neste ano.

Cemig pode aportar até R\$240 mi na Renova Energia e elevar fatia na empresa

04/02/2016 – Fonte: R7

A elétrica mineira Cemig aprovou a injeção de até 240 milhões de reais na controlada Renova Energia, que investe em usinas renováveis, em uma operação que poderá elevar sua fatia na empresa caso os demais acionistas não acompanhem o aporte, segundo comunicado ao mercado nesta quarta-feira.

A Renova havia informado na terça-feira que seu Conselho de Administração aprovou a realização de um aumento de capital de até 731,25 milhões de reais, com objetivo de reforçar o caixa da empresa e fazer frente a investimentos programados em usinas já em construção e em desenvolvimento.

Segundo a Cemig, sua participação na operação se dará com a injeção de 85 milhões de reais a serem integralizados nesta quarta-feira e mais 115 milhões de reais em março. A companhia ainda se dispõe a injetar mais 40 milhões de reais caso os demais acionistas não acompanhem o aumento de capital.

A Cemig afirmou que, considerado apenas o aporte já garantido de 200 milhões de reais, poderá ampliar a fatia na Renova para 44 por cento das ações ordinárias, ante 36,8 por cento atuais, se os demais sócios não participarem da operação.

Em nota a clientes, o Itaú BBA afirmou que o movimento é negativo para a Cemig, uma vez que é exatamente "o oposto do que nós acreditamos que a empresa deva fazer: focar no processo de desalavancagem".

"Recordamos que a Cemig tem uma rolagem desafiadora de dívida de 4,8 bilhões de reais nos próximos 12 meses e esperamos que a empresa encerre 2016 com a relação dívida líquida versus Ebitda em 5,4 vezes", acrescentou o Itaú BBA.

Às 10h58, a ação da Cemig operava em queda de 7 por cento, enquanto o Ibovespa subia 1,2 por cento.

A Renova Energia irá emitir até 81,58 milhões de novas ações ordinárias e até 28,2 milhões de novas ações preferenciais, ao preço de emissão de 6,66 reais. Units terão preço de emissão de 19,98 reais. A operação será feita por meio de subscrição particular e será dada preferência aos atuais acionistas.

De acordo com a Renova, os recursos obtidos serão utilizados para dar sequência a seu plano de negócios após o cancelamento da segunda fase de uma venda de 13,8 bilhões de reais em ativos à TerraForm Global, controlada pela norte-americana SunEdison.

"O objetivo do novo plano de negócios da companhia é redimensionar os investimentos futuros e adequá-los às condições atuais do mercado em função da piora de liquidez e da disponibilidade de crédito", afirmou a Renova Energia em comunicado.

A Renova Energia investe em usinas eólicas, solares e pequenas centrais hidrelétricas. Além da Cemig, a empresa ainda tem no bloco de controle a Light e RR Participações. O braço de participações do BNDES, BNDESPar, também é acionista, com 8 por cento do capital total.

PMI de Serviços do Brasil sobe a 44,4 em janeiro, revela Markit

04/02/2016 – Fonte: R7

O índice de atividade dos gerentes de compra (PMI, na sigla em inglês) do setor de serviços no Brasil subiu a 44,4 em janeiro, de 43,5 pontos em dezembro, informou nesta quarta-feira, 3, a Markit. Com isso, o índice composto, que leva em conta também o PMI industrial, avançou para 45,1 pontos, de 43,9 pontos, atingindo o maior nível em dez meses.

O indicador, calculado pela consultoria internacional Markit, segue uma escala de zero a 100 pontos, sendo que graduações iguais ou maiores que 50 pontos são lidas como expansão da atividade, enquanto leituras abaixo desse valor são consideradas quedas.

O indicador composto está abaixo de 50 pontos há 11 meses, a maior sequência desde o início da série, em 2007.

Em serviços, a leitura em dezembro ficou abaixo de 50 pontos nos seis setores monitorados. A queda mais acentuada foi observada em atividades de aluguel e negócios. As novas encomendas recuaram, enquanto as pressões inflacionárias ao produtor aumentaram.

Os entrevistados dizem que essas pressões são resultado da alta do dólar e do aumento nos custos de água e energia. Assim, os repasses ao consumidor também ganharam força, com esse subíndice atingindo o maior nível desde outubro do ano passado.

Nesse cenário, as empresas de serviços continuaram reduzindo a folha de pagamento, enquanto o nível de encomendas pendentes segue em baixa, o que indica aumento da capacidade ociosa no setor.

Mesmo assim, os gerentes de compra continuam otimistas, acreditando que a situação deve melhorar nos próximos 12 meses. Esse subíndice caiu em janeiro ante dezembro e está abaixo da média histórica, mas segue acima da marca de 50 pontos.

"Os dados do PMI mostram uma continuação do infortúnio econômico do Brasil. A crise vista em 2015 está sendo carregada para 2016, com drásticas reduções na produção, novas encomendas e emprego em janeiro", afirma no relatório a economista da Markit Pollyanna de Lima.

"Os últimos números apontam uma queda mais leve, mais especialmente no setor industrial, mas ambos (indústria e serviços) continuam firmemente em recessão.

Enquanto os problemas estruturais continuam sem solução e as turbulências políticas persistem, o Brasil aparentemente cairá em uma depressão, com 2016 trazendo desafios ainda maiores para os empresários", acrescenta.

Confiança do empresário do comércio aumenta 4,4% em janeiro em relação a dezembro

04/02/2016 – Fonte: R7



Os varejistas ficaram mais otimistas neste início de ano. O Icec (Índice de Confiança do Empresário do Comércio) avançou 4,4% em janeiro ante dezembro do ano passado, quando atingiu a mínima histórica, informou a CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

O resultado do indicador, que alcançou 80,9 pontos no mês, foi influenciado por variações positivas nas expectativas sobre o futuro e intenções de investimentos dos empresários.

No entanto, na comparação com janeiro de 2015, houve queda de 23% na confiança, como reflexo da deterioração do mercado de trabalho e da retração do comércio ao longo do ano passado.

"Apesar do resultado positivo em janeiro, permanecem ausentes fatores que indiquem uma retomada do crescimento da atividade do comércio no curto prazo", afirmou a economista da CNC Izis Ferreira, em nota.

A CNC prevê queda de 4,1% nas vendas do varejo restrito em 2015. No varejo ampliado, que inclui os setores de automóveis e materiais de construção, a previsão é de recuo de 7,5%.

Produção do setor de bens de capital recua uma década

04/02/2016 – Fonte: Paraná Online

Nos últimos dois anos, o empresário Cesar Prata reduziu de 50 para 14 a quantidade de funcionários da Asvac Bombas - o destino principal das bombas são navios e plataformas de petróleo. "Com essa crise, a saída da empresa foi diminuir de tamanho e ficar quieta até passar a tempestade", afirma Prata.

A tempestade que atinge a Asvac é formada por uma combinação de duas crises: a de confiança, que adia os investimentos, e a provocada pela Lava Jato, que afetou financeiramente possíveis compradores de bombas.

"O volume de investimento vem caindo, e os nossos negócios diminuíram entre 20% e 30% por causa da recessão do País", afirma Prata. "Essa piora se somou à crise da Lava Jato, que, para nós, começou há dois anos."

O empresário está no setor há 44 anos e a crise atual ganha um tom dramático porque, por ora, é difícil enxergar uma retomada. "Estamos vendo este ano com muito pessimismo", afirma. "Já passei por algumas crises. Eu me lembro de algumas

similares, como o Plano Collor, que foi grave também. Mas, naquela época, a economia não chegou a parar."

A forte retração da Asvac Bombas ajuda a ilustrar como a indústria de bens de capital ficou menor nos últimos anos. O setor é considerado o coração da indústria e, portanto, um bom sinalizador de como está o investimento no País.

Década perdida

Os dados da produção industrial divulgados ontem mostraram que o setor de bens de capital opera no mesmo patamar de 2005 e 2006. Apenas em dezembro do ano passado, o setor recuou 31,9% na comparação com o mesmo mês de 2014.

"O resultado de dezembro surpreendeu de forma negativa", afirma Felipe Beraldi, analista de bens de capital da Tendências Consultoria Integrada. "Esperávamos uma queda na comparação anual, mas o resultado veio muito pior."

Na avaliação de Beraldi, a crise da indústria de bens de capital tem como pano de fundo a conjuntura econômica negativa. Boa parte dos analistas acredita que o Produto Interno Bruto (PIB) pode ter recuado perto de 4% em 2015.

Para 2016, a previsão é de que a recessão deverá ser de 3%. Uma retomada do setor passa obviamente pela volta da confiança de consumidores e empresários na economia brasileira.

Somente dessa maneira os investimentos serão destravados, o que beneficiaria a indústria de bens de capital. "Atualmente, há uma paralisia em diversos setores. O mais grave que vivemos é a crise de confiança", diz Beraldi. "Além das expectativas serem ruins, elas não pararam de piorar nos últimos meses."

Fabricantes para eólicas crescem, apesar da crise

04/02/2016 – Fonte: Paraná Online

A crise que assola a indústria brasileira por enquanto tem passado longe dos fabricantes de equipamentos para a produção de energia eólica. Nessas empresas, o momento é de expansão das unidades para atender à demanda crescente.

É o caso da Tecsis, uma das maiores fabricantes de pás do Brasil, com sede em Sorocaba, no interior de São Paulo. A empresa começa a operar este mês uma nova fábrica em Camaçari (BA).

Criada em 1995, quando a energia eólica ainda era incipiente no País, a companhia se viu obrigada a construir uma nova unidade no Nordeste para diminuir os custos logísticos. Boa parte das pás produzidas pela Tecsis, em Sorocaba, é transportada de caminhão até os parques eólicos.

"O custo logístico de uma pá pode chegar a R\$ 50 mil até o Nordeste. Como nossos clientes estão na região, decidimos fazer uma fábrica para ficar mais próximo deles", afirma o presidente da empresa, Marcelo Soares.

A nova unidade, que até 2017 terá capacidade para produzir 2 mil pás por ano, já tem equipamentos encomendados para os próximos 24 meses. Por enquanto, a fábrica - de R\$ 200 milhões - tem 250 funcionários, mas em um ano chegará a 1.500 trabalhadores, todos da região.

A fábrica de Sorocaba também terá novos investimentos. As seis unidades espalhadas pela cidade deverão ser reduzidas para duas grandes fábricas para tornar a produção mais eficiente.

Os equipamentos fabricados na unidade paulista vão abastecer projetos do Sul e o mercado externo - 50% da produção é exportada. Nos últimos anos, o crescimento da companhia ficou acima de 20% ano, diz Soares. "A energia eólica ainda tem muito espaço para expansão, portanto, temos capacidade de elevar ainda mais nosso percentual de crescimento."

Segundo a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, a cadeia do setor eólico cresceu 35% no ano passado comparado a 2014. Ela conta que, além da Tecsis, a dinamarquesa Vestas acabou de inaugurar uma fábrica de aerogeradores em Aquiraz, no Ceará.

Hoje, há seis fabricas credenciadas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que obedecem às regras de conteúdo local. Em 2015, diz Elbia, foram investidos no setor R\$ 22 bilhões. Neste ano, serão mais R\$ 25 bilhões. "O setor está muito bem. As fábricas estão cheias de encomendas.

Vallourec encerra produção de aço em Belo Horizonte

04/02/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



O grupo francês Vallourec, que atua na área de siderurgia, vai encerrar a produção de ferro-gusa e de aço da unidade de Barreiro, em Belo Horizonte. Os dois altos-fornos locais serão desligados até 2018.

A capacidade da planta é de 600 mil toneladas de aço por ano. Um dos altos-fornos será desligado em abril. O outro, no segundo semestre de 2018. A produção será transferida para a unidade de Jeceaba, na região central de Minas Gerais, a 120 quilômetros de Belo Horizonte.

A Vallourec é uma das principais fornecedoras de tubos, utilizados por empresas como a Petrobrás na extração de petróleo. A empresa nega que haverá demissões. O quadro de funcionários da unidade do Barreiro soma 3,4 mil empregados. Em Jeceaba, cuja capacidade de produção é de um milhão de toneladas de aço por ano, trabalham 2,1 mil pessoas.

A Vallourec diz que "todos os postos de trabalho envolvidos na mudança já foram amplamente estudados e os impactos serão minimizados com remanejamentos em três frentes de atuação: absorção da mão de obra internamente, principalmente nas áreas de produção da usina Barreiro; transferências para reposição do quadro de pessoal decorrente da rotatividade natural da empresa; e aproveitamento da mão de obra, em substituição gradativa aos empregados já aposentados e dos que vão se aposentar nos próximos três anos, além de possibilidade de transferência para vagas que surgirem em Jeceaba ou outras áreas da empresa.

O anúncio foi feito na segunda-feira, em Paris, onde fica a sede da empresa. Segundo a Vallourec, as mudanças fazem parte de "um pacote de ações estratégicas destinadas a transformar sua estrutura operacional ao redor do mundo. O objetivo é melhorar a competitividade e reforçar a solidez financeira para assegurar um crescimento rentável em longo prazo, com geração de valor aos acionistas".

A empresa afirma que os laminadores e as plantas de acabamento de tubos em Belo Horizonte continuarão operando. A planta no Barreiro foi inaugurada em 1954 pela alemã Mannesmann – as duas empresas se uniram numa joint venture.

Número de pedidos de recuperação judicial sobe 29,7% em janeiro, diz Serasa

04/02/2016 – Fonte: Estado de Minas

O número de recuperações judiciais requeridas por empresas subiu 29,7% em janeiro de 2016 na comparação com o mesmo mês do ano passado, conforme o Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. Foram 96 pedidos feitos em janeiro deste ano, dos quais 51 por micro e pequenas empresas, 23 por médias empresas e 22 por grandes companhias.

De acordo com os economistas da Serasa Experian, os juros altos e o aprofundamento da recessão econômica, iniciada em meados de 2014, estão afetando a capacidade financeira das empresas brasileiras, favorecendo o aumento de pedidos de recuperações judiciais.

O número de falências caiu 10,6%, para 101 ocorrências em janeiro deste ano. As micro e pequenas empresas lideraram também este ranking. Das 101 falências requeridas em janeiro de 2016, 56 foram de micro e pequenas empresas, 25 foram de empresas médias e 20 de grandes empresas.

Artigo: O abismo industrial

04/02/2016 – Fonte: Estado de S. Paulo

Os gélidos números do IBGE para a produção manufatureira por si só revelam o que está por trás do quadro dramático de 2015. A grande queda do setor teve a liderança de bens de capital e bens duráveis, que recuaram a taxas próximas ou superiores a 20%.

Não é por acaso. Como os impasses vividos pelo Brasil são, sobretudo, desdobramentos de uma crise de confiança que brota da economia, mas também de um sistema político-parlamentar que se desintegrou, não haveria como evitar que a aquisição de bens que nos ligam ao futuro sofresse a ruptura revelada pelos números. Estes, na verdade, nada mais são do que uma medida ou um termômetro da desconfiança que tomou conta do País.

Outros setores são também afetados pelos mesmos motivos? Certamente que sim, mas muito longe da indústria, pois os bens por ela produzidos é que mais propriamente relacionam o presente com o futuro. Como o que está por vir é visto por empresários e mercado financeiro como algo impossível de ser avaliado, torna-se também impossível o cálculo do retorno dos investimentos, paralisando as inversões.

Nesse contexto, uma recessão seria inevitável, mas certos eventos de 2015 agravaram e espalharam a crise. O ajuste fiscal pouco saiu do papel, mas provocou queda de 35% do investimento público, atingindo os setores de máquinas e de insumos para construção. O mesmo resultou da desarticulação da construção pesada e da Petrobrás.

O reajuste de tarifas públicas se deu de forma quase instantânea, provocando um choque nos orçamentos familiares, deprimindo a demanda e o retorno sobre o capital dos segmentos de bens de consumo.

Por fim, o Banco Central aprofundou a alta dos juros, derrubando ainda mais as decisões de investir e as compras a crédito.

Não há solução para a crise no setor que não combine um mínimo retorno da confiança, redução de juros e estabilização do investimento público. Sem isso, a indústria terá outra queda drástica em 2016.

Mas, se avançarmos nessas questões, a desvalorização da moeda – o único fator positivo nessa conjuntura – operará mais decisivamente como vetor do relançamento industrial.

(Júlio Gomes de Almeida: *Professor do Instituto de Economia da Unicamp e consultor do Iedi*).

Moody's avalia perspectivas da economia brasileira

04/02/2016 – Fonte: Agência Brasil

Representantes da agência de classificação de riscos Moody's se reuniram hoje (3) com o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, por cerca de duas horas. Eles deixaram o ministério sem falar com a imprensa.

A Moody's é a única entre as três maiores agências a manter o Brasil com o grau de investimento. As outras duas são a Standard & Poor's e a Fitch, que rebaixaram o país no ano passado.

Ontem (2), os técnicos da Moody's conversaram com presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Segundo o banco, os técnicos verificaram os números da economia brasileira e as perspectivas para o futuro.

A Moody's avalia o Brasil como Baa3, último patamar na escala de grau de investimento da agência, mas que indica que o país não corre o risco de dar calote na dívida. Entre as principais agências de classificação do mundo, somente a Moody's mantém o Brasil com grau de investimento.

Para receber recursos de investidores internacionais, como fundos de pensão estrangeiros, um país precisa receber a classificação de grau de investimento de, pelo menos, duas agências.

Em setembro, a Standard & Poor's rebaixou o Brasil. A Fitch seguiu a decisão e retirou o selo de bom pagador em dezembro do ano passado.

De acordo com o Tesouro Nacional, a classificação de risco é uma nota atribuída a um país emissor de dívida por instituição especializada na análise de crédito, que avalia a capacidade e a disposição de um país honrar, pontual e integralmente, uma dívida.

O rating, destaca o Tesouro, é um instrumento relevante para os investidores, uma vez que fornece uma opinião independente a respeito do risco de crédito da dívida.

Escala da classificação de risco

| | | | |
|------------------------------------|------|------|------|
| Categoria de Investimento | Aa2 | AA | AA |
| | Aa3 | AA- | AA- |
| | A1 | A+ | A+ |
| | A2 | A | A |
| | A3 | A- | A- |
| | Baa1 | BBB+ | BBB+ |
| | Baa2 | BBB | BBB |
| Baa3 | BBB- | BBB- | |
| Categoria de Investimento de Risco | Ba1 | BB+ | BB+ |
| | Ba2 | BB | BB |
| | Ba3 | BB- | BB- |
| | B1 | B+ | B+ |
| | B2 | B | B |
| | B3 | B- | B- |
| | Caa1 | CCC+ | CCC |
| | Caa2 | CCC | CC |

Queda da indústria é maior do que na crise financeira internacional

04/02/2016 – Fonte: Agência Brasil

O faturamento da indústria registrou queda de 8,8%, as horas trabalhadas apresentaram redução de 10,3% e o emprego no setor teve retração de 6,1%, em 2015, na comparação com o ano anterior. Os números foram divulgados hoje (1º) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A queda anual no faturamento é segunda consecutiva. Em 2014, houve retração de 1,8%.

A utilização da capacidade instalada ficou em 78,9%, 2,3 pontos percentuais abaixo da média registrada em 2014. Esse é o menor nível de utilização da capacidade instalada, na série histórica iniciada em 2003. A massa salarial real caiu 6,2% e o rendimento médio real dos trabalhadores da indústria recuou 0,1%, em 2015 comparado com o ano anterior.

O economista da CNI, Rafael Vasconcelos, a queda do ano passado foi maior do que a registrada em 2009 (4,7%), período de crise econômica mundial. O gerente executivo da Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, destacou que o 2015 foi o pior para o setor, nas últimas décadas. “Os dados anuais são extremamente negativos”, destacou.

“A recessão é generalizada. Mas os dados do setor industrial têm ritmo de queda nas vendas, nas horas trabalhadas, no faturamento e no emprego mais intensos do que em outros segmentos”, disse.

Segundo Castelo Branco, a recessão é reflexo do quadro de incertezas da economia, relacionadas às dificuldades de ajuste fiscal e alta da inflação, que reduz o poder de compra da população. “Não há expectativa de reversão no curto prazo. O consumo das famílias e os investimentos das empresas permanecem em queda”, afirmou.

Castelo Branco disse, entretanto, que uma “certa expectativa de reação” é esperada pelos segmentos exportadores. Mas essa reação pode levar entre seis meses a um ano para o segmento retomar as vendas ao exterior.

“O ritmo da atividade mundial é bem mais reduzido do que na década passada. Há desaceleração na China”, destacou. “Dada a magnitude da nossa recessão, a saída pelas exportações em 2016 é insuficiente”, disse.

Para Castelo Branco, as medidas de estímulo ao crédito anunciadas semana passada pelo governo não são suficientes para melhorar as perspectivas para o setor.

“A melhora das condições de crédito tende a minorar os efeitos dessa contratação. Mas as condições macroeconômicas, principalmente a questão fiscal, são predominantes. As empresas não veem uma retomada que os encorajem a tomar recursos de terceiros”, disse.

Cenário atual da mineração no País

04/02/2016 – Fonte: Diário do Comércio

A indústria de mineração no Brasil passa por momentos extremamente difíceis em consequência da redução dos preços da sua principal “commodity” que é o minério de ferro, bem como a redução de demanda, principalmente do mercado chinês. Sabemos que a China se aproxima de um estoque de aço equivalente a sua produção de um ano, fruto também dos ajustes econômicos por que passa o país.

Este reflexo é imediatamente sentido em toda a cadeia produtiva do minério de ferro no Brasil onde Minas Gerais se apresenta como principal prejudicado, assim como o Estado do Pará.

Aliás, o Pará poderá nesses próximos dois anos ultrapassar a produção e exportação de minério de ferro de Minas Gerais em função das melhores condições de logística de transporte e fretes marítimos.

Fruto deste cenário, na prática, convive-se infelizmente, com a redução drástica das atividades de mineração de ferro em nosso Estado, com reflexo direto em todas as empresas que operam nesse setor, sejam pesquisas, projetos, obras civis, indústria de base e produção, refletindo diretamente na economia de Minas.

O País e os empreendedores, principalmente internacionais, também convivem com a falta de um marco regulatório capaz de dar a devida segurança para os investimentos, em geral de prazo longo de maturação e implantação.

O DNPM, órgão regulador dessas atividades no Brasil, está passando por uma crise muito forte com falta de pessoal e de procedimentos capazes de orientar e fomentar as atividades de pesquisas e processos.

As questões ambientais também têm sido um dos “botton necks” neste cenário de aproveitamento dos recursos naturais, quando complexos estudos passam a ser necessários, o que neste aspecto nós concordamos.

Entretanto, os mineradores não estão preparados para esses desafios voltados para a sustentabilidade e a “gestão integrada do meio ambiente” através de “softwares” cada vez mais desenvolvidos e autogerenciáveis.

Por outro lado, o mercado internacional cada vez mais exige que os investimentos neste setor sejam sustentáveis e dotados de indicadores transparentes, e devem seguir os conceitos fundamentais dos “Princípios do Equador” já aceitos por grande parte das instituições financeiras internacionais e também nacionais, e que tem uma ação muito mais eficaz que o “Protocolo de Kyoto”.

Mas, em todo este cenário pessimista para o minério de ferro, outros setores também carregam grandes dificuldades como a produção do calcário para indústria cimenteira, que devido à situação do nosso governo também reduz produção, diminuindo sensivelmente a atividade industrial.

Restam alguns setores da mineração, que devido a sua diversidade de aplicação

conseguem se desenvolver. Veja por exemplo o caso do manganês, que se caracteriza como um produto de extrema flexibilidade, pois se aplica na indústria metalúrgica (hoje em crise), mas em compensação, na indústria de fertilizantes e fármacos tem tido uma demanda razoável, principalmente minério de manganês na faixa de 50%-60% de Mn.

Desenvolvem-se muito bem as pesquisas e a produção de nióbio, e outros minérios que contêm terras-raras, pois será por este caminho que se terá um futuro promissor.

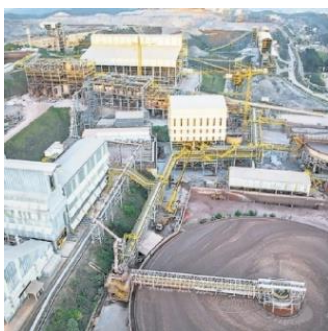
Na minha singela opinião, a "idade do ferro está chegando ao fim", pois importantes materiais deverão substituir o aço. Certamente as características dos produtos futuros, principalmente aqueles destinados à eletrônica e energia, automobilística e outras, passarão necessariamente por grandes inovações, tal qual já passa a indústria aeronáutica. Virá a "era do grafeno" como o novo produto que já está revolucionando a atividade industrial mundial.

Finalizando nossos comentários, também a respeito do minério de ferro, vamos buscar, daqui para frente, jazidas menores, entretanto de melhor qualidade e que sejam trabalhadas de forma sustentável, não deixando assim qualquer tipo de passivo ambiental que possa prejudicar as gerações futuras. O acidente da Samarco comprova este nosso conceito.

****Engenheiro de Minas e Metalurgista, ex-presidente do Indi, Diretor da YKS Projetos Sustentáveis***

Atividade industrial deve seguir fraca em 2016, após cair 8,3% no último ano

04/02/2016 – Fonte: DCI



A produção industrial deve continuar fraca no início deste ano, depois de registrar um dos piores desempenhos da história em 2015, avaliam economistas. A atividade caiu 8,3% no ano passado ante 2014, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O indicador geral do IBGE apresentou queda pelo 22º mês consecutivo, na comparação anual. "Esse foi o maior recuo desde o início da série histórica em 2003, inclusive suplantando a perda de 7,1% observada em 2009", afirmou o gerente de pesquisa do IBGE, André Macedo.

Além de confirmar a perspectiva negativa de economistas e industriais, a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, não indica estabilidade ou possível retomada da produção para os próximos meses.

"A atividade econômica dá sinais reiterados de piora como um todo. O processo de ajuste macroeconômico derivado do choque de preços administrados e da depreciação cambial, apesar de ter um efeito benéfico no médio prazo, ainda vai continuar a

deteriorar a atividade ao longo de janeiro", destacaram analistas da Gradual Investimentos, em relatório.

Na visão dos analistas do Itaú, a baixa confiança dos empresários e o elevado nível de estoques podem limitar a atividade no curto prazo. "O resultado da produção industrial reforça um viés de baixa para o crescimento do PIB em 2016", observou a equipe do banco, em relatório.

Em janeiro, a indústria brasileira teve nova queda nas encomendas de acordo com o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgado na segunda-feira (1) pelo Markit e HSBC. O indicador atingiu 47,4 pontos em janeiro ante 45,6 pontos em dezembro, abaixo dos 50 pontos que separam alta de declínio.

"Com a demanda ainda fraca, especialmente no mercado doméstico, e o impasse político, as chances de uma retomada em breve são pequenas", destacou o economista sênior do Markit, Rob Donson.

Para a equipe da Gradual, a opção dos empresários é manter margens de retorno baixas, em função da demanda retraída no mercado doméstico. "Este é o feito desejado do aperto monetário em curso. Há que se considerar, contudo, que ao longo do ano o setor externo tende a melhorar a atividade pela ponta comercial, mas recentes informações da China impõem cautela."

O economista Nelson Marconi, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também vê no setor externo uma oportunidade para este ano, embora a expectativa para o mercado interno ainda seja negativa.

"O volume de exportações de produtos industrializados já mostra sinais de melhoria e [há] um indício do processo de substituição de importados. Ambos os fatores podem arrefecer a queda da produção industrial esperada para 2016", disse Marconi.

O indicador antecedente do HSBC apontou que, em janeiro os novos pedidos para exportação cresceram pelo segundo mês seguido, na melhor taxa dos últimos seis anos favorecidos pelo fortalecimento do dólar em relação ao real.

Categorias

No ano passado fabricação de bens de capital (-25,5%) teve a queda mais intensa sobre 2014, seguida por bens duráveis (-18,7%), semiduráveis e não duráveis (-6,7%) e bens intermediários (-5,2%).

De novembro para dezembro de 2015, enquanto as demais categorias registraram ligeiro avanço, a produção de bens de capital continuou em baixa (-8,2%). "O setor de bens de capital continua encolhendo. Isso é grave não só por ter sido o maior recuo do ano todo, mas principalmente porque pode indicar uma nova rodada de queda do investimento", ressaltou o Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Para os economistas do Iedi, a baixa demanda por bens de capital pode refletir uma "piora adicional das decisões de investir na economia que, bem ou mal, deve se alastrar para os demais segmentos industriais".

O levantamento do IBGE mostra que houve recuo em 25 dos 26 ramos e 78,3% dos 805 produtos analisados no último ano. O ramo extrativo (mineração e petróleo) foi o único a registrar desempenho positivo em 2015, com alta de 3,9%.

"Chama a atenção para o resultado de 2015 não só a magnitude da queda, mas o espalhamento entre as categorias", disse André Macedo, do IBGE. Os indicadores,

segundo ele, mantiveram na passagem de novembro para dezembro o comportamento de queda registrado desde o segundo semestre de 2014.

MP pede nova indenização de R\$ 5 bilhões a mineradoras

04/02/2016 – Fonte: Exame



O Ministério Público Estadual (MPE) na comarca de Ponte Nova, região atingida pela lama da Samarco, acionou a Justiça com uma ação civil pública contra a mineradora e suas controladoras, Vale e BHP Billiton, para o pagamento de indenização a vítimas da tragédia nos municípios de Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.

A ação pede a condenação das empresas ao pagamento por dano moral coletivo no valor mínimo de R\$ 500 milhões, e mais R\$ 5 bilhões por "dano social punitivo".

Os valores, conforme o pedido do MPE, deverão ser divididos entre os municípios "na proporção do volume de danos causados a cada um e depositados em um fundo específico, de forma a garantir que impliquem medidas compensatórias nas comunidades atingidas, que melhorem a qualidade de vida da população".

A ação pede também indisponibilidade de bens das empresas no valor de R\$ 1 bilhão, em dinheiro.

Conforme os promotores, o total de atingidos na região seria de 1.350 pessoas. Com o valor total requisitado seria possível pagar até R\$ 200 mil em danos morais individuais e até R\$ 400 mil para cobertura de bens materiais a famílias.

"Com isso se visa a evitar o risco de que ações judiciais de outros entes ou com outro escopo, ou mesmo de que acordos extrajudiciais que não contam com a participação dos atingidos, acabem por minar a capacidade econômica das rés de fazerem frente ao que é mais urgente: o ser humano e suas necessidades", afirmam os promotores.

O MPE requisitou também, em caráter liminar, "o pagamento, a título de verba de manutenção temporária, para cada família atingida, que tenha sido desalojada ou tenha tido repercussão econômica com o evento, o valor de um salário mínimo mensal acrescido de 30% por dependente".

Procurada pelo Estado, a Samarco, controlada pela Vale e pela BHP, não foi encontrada na noite de terça-feira, 3.

Renner apoia ampliação do crédito e defende flexibilização de leis trabalhistas

04/02/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

O presidente da Renner e conselheiro do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), José Galló, classificou as medidas de ampliação do crédito empreendidas pelo governo como positivas. A avaliação foi feita há pouco, após reunião com o ministro da

Fazenda, Nelson Barbosa. Galló também saiu em defesa da flexibilização da legislação trabalhista.

"Tudo que seja direcionado a crédito, que facilite o consumo, que facilite o investimento é bom", disse. Para ele, a facilitação do crédito não deve gerar preocupação sobre a inadimplência. "O consumidor brasileiro é muito comportado em relação ao crédito. Se ele cai numa lista negra, num SPC, num Serasa, ele tem grandes dificuldades". Ele ressaltou que, historicamente, a inadimplência tem aumentos momentâneos, mas logo se ajusta.

No encontro com Barbosa, também estavam presentes outros nove executivos de redes de varejo, como Luiza Trajano, da Magazine Luiza. De acordo com Galló, a reunião tratou de assuntos como a retomada da economia. "Não viemos reclamar de nada, viemos nos colocar à disposição", afirmou.

CLT

Apesar de dizer que não tratou especificamente desse tema com Barbosa, Galló saiu em defesa de uma flexibilização das leis trabalhistas. "Para que a gente consiga fazer uma adequação maior de aproveitamento de pessoas", justificou. Segundo ele, a proposta visa permitir que algumas situações negociadas com sindicatos prevaleçam, "sem ofender a CLT".

Drible a inflação! Veja dicas para fazer o seu dinheiro render mais

04/02/2016 – Fonte: Paraná Online

Depois da assustadora inflação de 10,67% em 2015, maior percentual desde 2012, é preciso cortar gastos para não correr o risco de ficar no vermelho, precisar recorrer a crédito ou acabar no endividamento em 2016.

Estudo do Instituto Data Popular revela que 91% dos brasileiros reduziram o consumo em 2015 e culpam, além da inflação, o aumento do desemprego, também em consequência da crise econômica. Para 55% dos entrevistados, esta é a pior crise que o país já vivenciou.

Além de manter o controle financeiro em dia, é preciso mudar hábitos de consumo para cortar gastos. Sabendo diferenciar o que é extremamente necessário dos supérfluos e, principalmente, reaproveitando para não desperdiçar, é possível driblar o fantasma da inflação.

SEIS DICAS PRA FAZER SUA GRANA RENDER!

Especialistas sugerem soluções práticas pra tentar evitar os impactos da inflação nos gastos domésticos:

- **1 Faça compras compartilhadas**
Fazer as compras do mês em **supermercados** que vendem por atacado, mais em conta. Pode ser em parceria com a vizinha, com seus irmãos. Até no combustível você economiza!
Não chega a ponto de comprar para fazer estoque. Talvez somente de produtos de limpeza ou que tem, em geral, um prazo de validade maior.
- **2 Cuide aos poucos**
Aproveitar ao máximo as promoções no supermercado. É possível economizar muito indo em diferentes locais e aproveitando os dias da semana. **Bebidas e carnes** sempre aumentam nos fins de semana.
- **3 Reaproveite ao máximo na cozinha**
Repensar seu cardápio diário. Pensar ou criar novas receitas, principalmente aquelas que podem ser feitas com alimentos mais baratos. Acima de tudo, não desperdiçar, pois a carne que sobrou hoje sempre pode compor uma nova receita amanhã.
- **4 Diminua o uso do carro**
Se os gastos com a manutenção e a gasolina (que tendem a subir junto com a inflação) têm atrapalhado suas finanças, é hora de repensar até seus meios de transporte. Coloque seus gastos na ponta do lápis e compare com os gastos com transporte público. Se a segunda opção compensar mais, hora de deixar o carro na garagem nos dias de semana. Para quem tem disposição e vive em cidades com ciclovias, bicicleta deve ser considerada.
- **5 Use a tecnologia para se comunicar em família**
Substituir o telefone fixo pelo **móvel** acaba sendo mais econômico no dia a dia.
Com um smartphone, fica mais fácil utilizar aplicativos que facilitam a comunicação com a família e de forma gratuita, como o WhatsApp.
Desconfiar dos planos de compartilhamento em família que as operadoras oferecem. Geralmente plano individual é mais em conta do que um coletivo.
- **6 Não abra mão do lazer**
Há roteiros mais econômicos (inclusive alguns gratuitos) que as vitrines dos shoppings, como visitas a parques, **exposições de arte** e roteiros de verão para crianças.

Sebrae quer juro menor para microempresa em linha do BNDES

04/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Os três grandes bancos públicos e o Sebrae (serviço de apoio às micro e pequenas empresas) estudam medidas para reduzir ainda mais as taxas de juros na linha de capital de giro anunciada dentro do pacote de crédito do governo.

Nesta terça-feira (2), o BNDES anunciou a redução de até 25%, para 11,67% ao ano, nas taxas para empresas com receita operacional bruta de até R\$ 16 milhões por ano. Sobre esse custo, no entanto, há ainda um "spread", uma taxa adicional cobrada pelo banco que vai repassar o dinheiro do BNDES às empresas de menor porte.

A linha de R\$ 5 bilhões é parte do BNDES Progeren (Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda). As operações podem contar com cobertura do FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) do banco estatal.

De acordo com o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, o corte nas taxas não resolve o problema que o BNDES sempre teve para alcançar as microempresas (com faturamento anual até R\$ 360 mil). Por isso, ele se reuniu nesta quarta-feira (3) com representantes do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa e da ABDE (Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento) para discutir uma forma de atingir esse público.

"Pela primeira vez o BNDES vai fazer um foco nesse limite de faturamento. Eles sempre emprestaram para os maiores entre os pequenos. Não têm o cacoete de trabalhar com essa pulverização", afirmou Afif.

O Sebrae quer uma taxa final de até 18% ao ano para esses clientes. Os bancos, no entanto, relataram dificuldade em alcançar esse patamar, mas afirmaram que vão estudar medidas para reduzir custos e tentar viabilizar essa linha até o final do mês.

Uma nova reunião deve ocorrer no dia 18 de fevereiro. Os bancos também afirmaram ao Sebrae que há restrições operacionais para alcançar esse público mais amplo.

Afif voltou a defender ainda a liberação dos compulsórios (recursos dos bancos retidos pelo Banco Central) para crédito a essas empresas. Afirmou também que a demanda por crédito com "custo decente" não caiu. "Diminui a demanda por crédito de agiotagem."

Programa de proteção ao emprego beneficia 41 mil em seis meses

04/02/2016 – Fonte: Portal Contábil

Pouco mais de seis meses após seu lançamento, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) conta 53 adesões. Conforme os dados do Ministério do Trabalho e Emprego atualizados até dezembro, 40,9 mil trabalhadores foram beneficiados pela redução

parcial de jornada custeada em parte pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Dos R\$ 119,1 milhões em contratos já aprovados, 82% serão direcionados a empresas do setor automotivo e 6,6% vão para o ramo metalúrgico.

As empresas participantes ouvidas pelo Valor avaliam como positivo o programa, que combina uma contrapartida tripla para fazer frente a um período de redução da semana de trabalho de até 30%, que pode se estender por até seis meses.

Os funcionários têm parte do salário reduzido, mas o governo diminui essa perda com um complemento que pode chegar a 50% do corte na remuneração. As empresas, por sua vez, se comprometem a manter os funcionários empregados por um intervalo de um terço da duração do contrato após o fim de sua vigência.

Para elas, entretanto, mesmo com o alívio de caixa proporcionado pelo programa, é ainda difícil fazer previsões sobre o nível de emprego depois de encerrado o período de estabilidade, especialmente diante do aprofundamento da recessão e da falta de um horizonte no curto prazo para o início da retomada do setor industrial.

Primeira a entrar com pedido de adesão, a Grammer já havia demitido cerca de 30% do quadro, 200 pessoas, em fevereiro de 2014, bem antes da formulação do programa.

“A crise começou naquela época para o setor”, comenta Luciane Ferreira, da área de recursos humanos da empresa. Em agosto do ano passado, os 451 funcionários remanescentes entraram no esquema de redução de 20% da jornada de trabalho, que se estendeu a 30% a partir de janeiro.

Sem uma recuperação consistente no nível de produção, voltada para abastecer principalmente a área de veículos pesados de montadoras como Mercedes, Ford e MAN, a empresa, com sede em Atibaia (SP), tem estudado as “estratégias” que deve adotar a partir deste mês, quando o contrato se encerra.

A Rassini NHK, primeira empresa de São Bernardo do Campo a integrar o PPE, acaba de renovar por mais seis meses o período de redução, que agora se intensifica para 20%, ante 15% anteriormente. Após o fim do primeiro contrato, vigente entre setembro e novembro, a fabricante de autopeças deu férias coletivas aos 551 funcionários em dezembro, conta Maria Regina Gasparini, gerente de RH.

“É difícil fazer qualquer previsão”, diz Maria Regina, quando questionada sobre a eventual necessidade de realizar demissões. Neste início de ano, a produção recua 40% em relação a 2014 resultado melhor que o do setor, afirma, que contabiliza queda de 50%.

Também bastante dependente dos pedidos das montadoras, a fabricante de altofalantes Bomber, de Cachoeirinha (RS), assinou sua adesão em dezembro. A redução de 15% da jornada começou a valer no dia 1º de janeiro, após um ajuste que cortou 25% do quadro, deixando a empresa com pouco mais de 300 funcionários. “É uma aposta [a adesão ao programa] de que as coisas vão melhorar, mas ainda existe um temor grande [em relação à recuperação da produção]”, diz Eduardo Neves, gerente de recursos humanos.

Única empresa da região Nordeste na lista, a têxtil Sisa aproveitou o fôlego extra de caixa para tentar ganhar parte do mercado aberto com a falência de pequenas e médias indústrias no setor. A fabricante de produtos de cama, mesa e banho de Sergipe passou recentemente a vender fiação como parte dessa estratégia, conta o coordenador de RH, Sergio Oliveira.

Depois de cortar quase 14% do quadro de funcionários em junho, cerca de 150 pessoas, a companhia chegou a contratar 30 colaboradores no fim do ano. "Mas os pedidos neste início de ano ainda estão muito fracos. Não sabemos se eles vão conseguir ficar".

Programa de Proteção ao Emprego

Maiores participações

| Empresa | Município | Beneficiados | Contrapartida FAT (R\$ milhões) |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------------------|
| Volkswagen | Taubaté (SP), São José dos Pinhais (PR), São Carlos (SP), São Bernardo do Campo (SP) | 13.744 | 47,5 |
| Mercedes-Benz | São Bernardo do Campo (SP) | 8.964 | 33,5 |
| Ford | São Bernardo do Campo (SP) | 3.238 | 10,8 |
| Iochpe-Maxion | Cruzeiro (SP) | 3.544 | 6,6 |
| Caterpillar Brasil | Piracicaba (SP) | 1.498 | 4,5 |
| John Deere Brasil | Horizontina (RS) | 946 | 2,0 |

Até dezembro, o programa conta 53 adesões, com impacto sobre **40,9 mil** trabalhadores e **R\$ 119,1 milhões** em recursos do FAT

Fonte: MTE

Para a Mercedes, que reduziu em 20% a jornada dos 8,9 mil funcionários da unidade de São Bernardo, o programa foi importante para fazer a "gestão do excesso de mão de obra" resultante da desaceleração do segmento de caminhões, diz Luiz Carlos Moraes, diretor de comunicação corporativa e relações institucionais da companhia.

"Nós já tínhamos usado todas as ferramentas", diz, referindo-se à adoção de instrumentos como férias coletivas, "layoff" (suspensão temporária dos contratos de trabalho), e à negociação de dissídio sem previsão de reajuste real.

Ainda assim, segundo Moraes, a empresa não tem como avaliar se será necessário fazer novos cortes após agosto, quando se encerra o período de estabilidade previsto pelo programa.

Mercedes, Volkswagen, com dez contratos de adesão ao PPE, e a Ford, com dois, somam 63,3% do total de funcionários beneficiados, 25,9 mil, e 77% dos recursos públicos destinados ao programa e aprovados até dezembro, R\$ 119,1 milhões.

Para Luiz Moan, presidente da Anfavea, associação das montadoras, a predominância de empresas do segmento automotivo se explica pela tradição que o setor tem em negociações com os sindicatos de trabalhadores.

"Nós já temos um histórico de negociação coletiva, de expor nossas dificuldades e de ouvir os trabalhadores." A extensão do programa, até 2017, com adesões até o fim deste ano, é, na avaliação de Moan, tempo suficiente para o setor superar o "momento acentuado de crise".

Ainda assim, ao lado de 18 outras entidades, a Anfavea divulgou no fim do ano passado uma proposta de renovação da frota de veículos pesados e leves. O programa de incentivo contaria com os recursos de um fundo setorial, ainda sem fonte de financiamento definida, mas que, segundo o presidente da entidade, não feriria o ajuste fiscal das contas públicas atualmente em curso.

"O programa tem potencial arrecadador, já que geraria vendas incrementais", afirma. A primeira reunião sobre o tema com o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, aconteceu em janeiro.

Também favorável ao programa de renovação, especialmente da frota de caminhões, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC avalia que o PPE "tirou o ímpeto de demissões" que havia entre os departamentos de recursos humanos das empresas de sua base no fim do ano passado, diz Rafael Marques, presidente da instituição.

Atualmente 25 mil trabalhadores de 11 empresas, 30% da base do sindicato, estão no regime de redução de jornada. Três adesões estão em andamento e outras devem surgir nos próximos meses. "Muita gente esperou pela regulamentação do PPE, que só veio em outubro, novembro. Ainda vai ter muito acordo neste ano."

O segmento de material de transportes fechou 41,4 mil vagas com carteira assinada em 2014 e outras 79,1 mil no ano passado, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Entre os dois períodos, o ramo metalúrgico contabilizou 107,1 mil demissões líquidas.

Empresários pedem suspensão de crédito para caminhões

04/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Empresários do setor de transporte rodoviário de carga discutem a suspensão dos empréstimos para a compra de caminhões no país.

Em reunião com mais de 300 empresários na semana passada, proprietários pediram que a NTC&Logística (maior entidade de empresas de transportadores de carga do país) solicite ao governo a paralisação do financiamento de novos veículos de carga por um prazo determinado.

A medida seria uma forma de evitar uma piora ainda maior do mercado de transporte de cargas em 2016.

Com excesso de caminhões no mercado e redução da quantidade de carga pela recessão da economia (analistas estimam que houve retração de 3,8% do PIB), 2015 teve uma queda generalizada dos preços dos fretes em todos o país, piorando a situação das companhias que transportam produtos de outras empresas.

Na semana passada, o governo anunciou um pacote de medidas para estimular a concessão de R\$ 83 bilhões em crédito com o objetivo de reativar a economia.

"O nosso setor investiu muito na aquisição de frota, acreditando no crescimento do país. Como a economia caiu e a oferta de transporte aumentou, o efeito agora é o contrário.

Quanto maior a oferta, o preço cai", disse José Hélio Fernandes, presidente da NTC&Logística.

O BNDES tem uma linha de crédito específica para a venda de caminhões que, de 2008 a 2014, ficou com juros subsidiados pelo chamado PSI (Programa de Sustentação de Investimentos). Nesse período, foram emprestados R\$ 122 bilhões para a compra de caminhões e ônibus, segundo dados obtidos pela **Folha**.

Em 2015, o governo acabou com os subsídios nessa linha. Mesmo assim, ela ainda tem juros mais baixos que a média do mercado.

O dinheiro barato deixou como herança um excedente de 200 mil caminhões, segundo estimativa do setor.

"Alguns disseram que compraram caminhão que não precisava porque estava barato. O pessoal acreditou na economia crescendo e, dois anos depois, o momento é esse", disse Fernandes.

DEFASAGEM

Com oferta excessiva, os empresários estão reduzindo preços para se manter no mercado. Os preços mais baixos do transporte deveriam refletir em redução dos preços dos produtos ao consumidor, mas não há evidências de que isso venha ocorrendo.

A NTC apresentou pesquisa semestral sobre os preços de frete mostrando uma defasagem de 13% do preço médio em relação aos custos de transporte.

O presidente da NTC&Logística afirmou que não se tirou uma resolução para pedir a suspensão dos financiamentos porque a maioria dos empresários concluiu que não era necessária.

Segundo ele, dificilmente haverá mais compras nos próximos anos, mesmo com o refinanciamento das dívidas anunciado pelo governo.

Projeto antecipa saque de conta do FGTS para 65 anos

04/02/2016 – Fonte: COAD

Projeto de Lei

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 641/15, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que altera de 70 para 65 anos a idade mínima dos trabalhadores para movimentação das contas vinculadas ao FGTS.

O deputado alega que a exigência está estabelecida em uma Medida Provisória antiga (MP 2.164-41, de 24 de agosto de 2001), que foi reeditada mais de 40 vezes sem nunca ter sido votada e que se encontra em um "limbo jurídico".

"Em razão da impossibilidade da pessoa conseguir se aposentar, não poderá esperar até os 70 anos para movimentar o dinheiro que é seu", declarou Faria de Sá. Segundo o deputado, muitas vezes os idosos estão até mesmo "necessitando de dinheiro para ir à farmácia".

Tramitação

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Câmara aprova MP que aumenta imposto sobre ganho de capital

04/02/2016 – Fonte: COAD

IR - Pessoa Física

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (3), a Medida Provisória 692/2015, que aumenta o imposto sobre ganho de capital devido por pessoas físicas, criando faixas adicionais com alíquotas progressivas.

O texto aprovado também fixa regras para a quitação de dívidas tributárias com a dação

de imóveis em pagamento (entrega de um bem para o pagamento de dívida). A matéria será enviada ao Senado.

Esse tópico do pagamento com imóveis foi incluído no texto pelo relator da MP, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Quanto às faixas sobre as quais incide o Imposto sobre a Renda nos ganhos de capital, ele aumentou os valores mínimos e máximos propostos inicialmente pelo Executivo.

Atualmente, é de 15% o imposto de renda sobre ganhos de capital, que incide no lucro de operações com imóveis e ações e outros bens e direitos (autorais, por exemplo).

Originalmente, a MP propunha manter essa alíquota para os ganhos até R\$ 1 milhão e criava outras três faixas com alíquotas maiores (20%, 25% e 30%). O texto de Jereissati mantém as novas faixas e fixa em R\$ 5 milhões o lucro máximo sobre o qual incidirão os 15%.

Entretanto, o relator diminuiu as alíquotas de cada faixa e aumentou os valores. Assim, para lucros entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões, a alíquota será de 17,5%; acima de R\$ 10 milhões e até R\$ 30 milhões, de 20%; e acima de R\$ 30 milhões, 22,5%.

Esses mesmos valores e alíquotas serão aplicados no ganho de capital das pequenas e médias empresas, inclusive aquelas enquadradas no Supersimples. Não valerão, porém, para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

Parcelamento

Para evitar o parcelamento da venda do bem e o enquadramento sucessivo em faixas menores, a MP determina que o ganho de capital na venda de cada parte deve ser somado aos ganhos conseguidos em operações anteriores, deduzindo-se o montante do imposto pago nessas operações.

A diferença do texto do relator em relação ao texto original da MP é que Jereissati prevê o uso desse mecanismo para as vendas realizadas até o final do ano-calendário seguinte ao da primeira operação e não somente para aquelas realizadas no mesmo ano.

O relator prevê ainda que os valores das faixas de tributação serão corrigidos pelo mesmo percentual de reajuste da menor faixa da tabela progressiva mensal do imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF).

Todas as novas regras entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016.

Imóveis em pagamento

Para a quitação de débitos tributários com a União, o texto aprovado inclui regras para a aceitação de imóveis como pagamento.

A propriedade deverá passar por prévia avaliação judicial, segundo critérios de mercado. O valor encontrado deverá abranger a totalidade do débito que se pretende liquidar, com atualização, juros, multa e encargos, sem desconto de qualquer natureza. Se o valor não for suficiente, o contribuinte poderá complementar a diferença com dinheiro.

Lucro de coligada

Outro assunto incluído pelo relator na MP é a contabilização do resultado de empresas coligadas domiciliadas no exterior e localizadas em países com tributação favorecida (paraíso fiscal) ou subtributação.

Atualmente, a [Lei 12.973/2014](#) proíbe a contabilização do lucro dessas empresas para

apuração do lucro real da empresa domiciliada no Brasil, permitindo apenas sua soma ao lucro líquido.

O texto do relator inverte a proibição da lei e passa a permitir a contabilização para encontrar o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Consulta ao lote de restituição residual do IRPF será aberta na quinta, 11-2

04/02/2016 – Fonte: COAD

A partir das 9 horas de quinta-feira, 11 de fevereiro, estará disponível para consulta o lote multiexercício de restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, contemplando as restituições residuais, referentes aos exercícios de 2008 a 2015.

O crédito bancário para 63.885 contribuintes será realizado no dia 15 de fevereiro, totalizando o valor de R\$ 150.000.000,00. Desse total, R\$ 42.648.273,03 referem-se ao quantitativo de contribuintes de que trata o artigo 69-A da Lei 9.784/99, sendo 8.464 contribuintes idosos e 1.067 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deverá acessar a página da Receita na Internet, ou ligar para o Receitafone 146. Na consulta à página da Receita, serviço e-CAC, é possível acessar o extrato da declaração e ver se há inconsistências de dados identificadas pelo processamento.

Nesta hipótese, o contribuinte pode avaliar as inconsistências e fazer a autorregularização, mediante entrega de declaração retificadora.

A restituição ficará disponível no banco durante um ano. Se o contribuinte não fizer o resgate nesse prazo, deverá requerê-la por meio da Internet, mediante o Formulário Eletrônico - Pedido de Pagamento de Restituição, ou diretamente no e-CAC, no serviço Extrato do Processamento da DIRPF.

Caso o valor não seja creditado, o contribuinte poderá contatar pessoalmente qualquer agência do BB ou ligar para a Central de Atendimento por meio do telefone 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos) para agendar o crédito em conta-corrente ou poupança, em seu nome, em qualquer banco.

Nulidade de eleição sindical convocada por edital publicado em jornal de baixa circulação

04/02/2016 – Fonte: COAD

Direito do Trabalho

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho desproveu agravo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, de Material Eletrônico e de Informática de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Itatiaia, Quatis, Porto Real e Pinheiral (RJ) contra decisão que considerou nulas as eleições sindicais para o quadriênio 2010-2014, por violação do princípio da publicidade na divulgação do edital de convocação do pleito.

O edital foi publicado no Jornal do Brasil, que, antes de ter a versão impressa encerrada em agosto de 2010, tinha pouca circulação na base territorial do sindicato.

A ação foi ajuizada por um metalúrgico que pretendia disputar as eleições sindicais, mas alega que não conseguiu oficializar sua candidatura por má-fé da diretoria.

Segundo ele, para evitar chapas de oposição, a convocação foi divulgada em jornal de baixa circulação na região, e não nos canais mais acessíveis aos associados, como o jornal Diário do Vale ou o próprio informativo do sindicato.

Em sua defesa, o sindicato afirmou que o associado não manifestou interesse em participar das eleições em nenhuma das chapas concorrentes e que cumpriu todas as exigências de divulgação contidas no estatuto.

O juízo da 1ª Vara do Trabalho de Resende (RJ) julgou improcedente o pedido do trabalhador por entender que o ato de convocação cumpriu todas as regras estatutárias, já que o Jornal do Brasil, à época da publicação do edital, era um veículo de grande circulação.

O metalúrgico recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), requerendo a anulação do pleito, a destituição da diretoria eleita e a constituição de uma comissão eleitoral, subordinada ao Ministério Público do Trabalho, para a abertura de novo processo eleitoral.

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) acolheu parcialmente recurso do metalúrgico e declarou nulas as eleições e todos os atos decorrentes dela, mas não afastou a diretoria ou convocou novas eleições, por entender que o Poder Judiciário não pode intervir nos atos administrativos internos do sindicato, limitando-se apenas ao julgamento da validade de seus atos.

Segundo o TRT, embora o estatuto não especificasse a necessidade de grande circulação do jornal, a convocação não deveria apenas seguir a mera formalidade de publicação em periódico, mas ter "ampla divulgação no seio da categoria".

TST

No agravo de instrumento em que tentava trazer a discussão ao TST, o sindicato apontou violação ao princípio da autonomia sindical e perda do interesse processual e o objeto da ação, pois um novo processo eleitoral foi realizado em 2014, para o período de 2014-2018.

A relatora, desembargadora convocada Rosalie Michaele Bacila Batista, negou provimento ao agravo, pois considerou que não houve intervenção judicial nos atos administrativos da entidade, pois o TRT limitou-se à sua competência de julgar a validade do pleito.

Ela também ressaltou que a realização de novas eleições não interfere no julgamento da ação, uma vez que o processo trata de irregularidades nas eleições sindicais de 2010.

A decisão foi unânime. Após a publicação do acórdão, o sindicato opôs embargos declaratórios, ainda não analisados.

Processo: AIRR-504-94.2010.5.01.0521